



DIREITO

Nome do(a) Candidato(a): _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura _____

PROVA TIPO 2 (CAPA BRANCA)

MARQUE O TIPO DE PROVA ACIMA NO SEU CARTÃO RESPOSTA. MARCAÇÃO INCORRETA OU NÃO MARCAÇÃO DO TIPO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO, IMPLICANDO NA SUA ELIMINAÇÃO.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta **PROVA**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das respostas das questões e o **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO**, destinado à transcrição definitiva do seu texto.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA** e no **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO**, que você recebeu. Em caso de erros comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda o registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho desta prova, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Você deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o seu início, e somente poderá retirar-se levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como o **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** é o único documento considerado para a correção de sua redação.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA** e a transcrição definitiva da redação para o **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO**, devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. Você deverá transcrever o seu texto definitivo para o **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO**, não sendo válido para correção o rascunho da prova. Ao ser entregue, esse Formulário **não poderá conter sua identificação** e o texto deverá **iniciar na linha número 1**, caso contrário, o candidato não será pontuado na Redação.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** e (ou) do **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
11. O **saco plástico recebido para guarda do material** deverá, **obrigatoriamente**, ser colocado embaixo de sua carteira. O **descumprimento** dessa medida, assim como de outras constantes no Comunicado 01 SEBRAE, e nesta capa de prova, **implicará na sua eliminação**, constituindo tentativa de fraude.

Boa Prova!

CÓPIA

REDAÇÃO

O texto motivador da prova de língua portuguesa trata do NISA, programa por meio do qual o SEBRAE Pará apoia, com oferta de capacitação e aproximação com potenciais investidores, empreendedores/empreendedoras que tenham seus projetos inscritos. Em um texto em prosa, escreva sobre

a importância de iniciativas como o NISA para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da economia paraense.

* Sua redação deverá ter, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30; * *Textos em versos, rasurados, escritos a lápis ou com letra ilegível **NÃO** serão aceitos;* * O espaço abaixo é para **rascunho**, porém, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** fornecido especificamente para esse fim; * Em nenhuma hipótese, poderá ter identificação do candidato no Formulário de Redação; *Este rascunho não será considerado para correção de sua Redação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PORTUGUÊS

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 08.

SEBRAE Pará lança Programa Negócios de Impacto Socioambiental

Projeto irá selecionar até 30 iniciativas de negócios de impacto que tenham como foco de atuação a resolução de problemáticas socioambientais

01 A quarta edição do Programa Negócios de Impacto Socioambiental (NISA),
02 promovido pelo SEBRAE Pará, foi lançado nesta quinta-feira (19), na sede da instituição em
03 Belém. O NISA estará com as inscrições abertas até o dia 27 de abril e o edital pode ser
04 acessado por meio do Portal do SEBRAE Pará. A ativista social e fundadora da ONG Olhar
05 de Bia, Bia Martins, conversou com os participantes sobre sua trajetória profissional,
06 abordando vários temas, como mercado, saúde mental, desafios, oportunidades e
07 motivação profissional.

08 A programação contou com a palestra “Ecosistema Nacional de Negócios de
09 Impacto”, ministrada pela especialista em investimentos e negócios
10 socioambientais,

11 **Vivian Rúbia Ferreira**, e foi acompanhada pela assessora especial da Secretaria Estadual
12 de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), na ocasião representando o titular do
13 órgão, Mauro Ó de Almeida; pelo secretário executivo de Mudanças Climáticas da
14 Prefeitura de Belém, Sérgio Brazão, e pelas empreendedoras Dona Nena e Prazeres dos
15 Santos.

16 O projeto irá selecionar até 30 iniciativas de negócios de impacto que tenham como
17 foco de atuação a resolução de problemáticas socioambientais das ilhas de Belém. Podem
18 se inscrever microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, cooperativas
19 e pessoas com ideias inovadoras no segmento socioambiental.

20 O desenvolvimento dos negócios se dará por meio de trilha de formação
21 empreendedora, durante oito semanas, período em que os empreendedores receberão
22 suporte de especialistas, mentorias, capacitações e ferramentas necessárias para
23 consolidarem as ideias e formatarem os negócios.

24 “As ilhas de Belém são parte integrante do bioma amazônico e podem contribuir
25 para que as comunidades locais que ali vivem tenham qualidade de vida,
26 contribuindo, assim, para a manutenção da floresta em pé e mitigação das alterações
27 climáticas”, pontuou o gerente da Unidade de Sustentabilidade e Inovações do SEBRAE
28 Pará, Renato Coelho.

29 “O desenvolvimento sustentável da Amazônia é prioridade estratégica para o
30 SEBRAE Pará. O objetivo é capacitar os pequenos negócios a trabalharem com o conceito
31 da floresta em pé”, destacou a diretora técnica do SEBRAE no Pará, Domingas Ribeiro.

32 Suane Barreirinhas, proprietária da Negritar Filmes, produtora de audiovisual com
33 impacto social, fala sobre a importância de iniciativas como o NISA e das perspectivas
34 profissionais. “A comunicação precisa gerar impacto dentro dos territórios e fazer
35 Transformação social. É importante o SEBRAE abrir esse espaço para entender o
36 comportamento dos empresários e dos pequenos negócios da Amazônia”, frisa.

Disponível em <https://www.oliberal.com/economia/sebrae-para-lanca-programa-negocios-de-impacto-socioambiental-1.670755> Acessado em 14/07/2023. Texto adaptado.

01 Os dois primeiros parágrafos do texto acima são, predominantemente,

- (A) narrativos.
- (B) descritivos.
- (C) expositivos.
- (D) argumentativos.

02 Em *A ativista social e fundadora da ONG Olhar de Bia*, Bia Martins, conversou com os participantes sobre sua trajetória profissional, abordando vários temas, como mercado, saúde mental, desafios, oportunidades e motivação profissional (linhas 04 a 07), a relação entre a informação sublinhada e seu referente se dá por

- (A) anáfora.
- (B) coordenação.
- (C) subordinação.
- (D) catáfora.

03 Em *A programação contou com a palestra “Ecosistema Nacional de Negócios de Impacto”, ministrada pela especialista em investimentos e negócios socioambientais, Vivian Rúbia Ferreira*, e foi acompanhada pela assessora especial da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), na ocasião representando o titular do órgão, Mauro Ó de Almeida; pelo secretário executivo de Mudanças Climáticas da Prefeitura de Belém, Sérgio Brazão, e pelas empreendedoras Dona Nena e Prazeres dos Santos (linhas 08 a 14), o termo sublinhado é sinônimo de

- (A) seguida.
- (B) assistida.
- (C) aprovada.
- (D) proposta.

04 Em *A ativista social e fundadora da ONG Olhar de Bia*, Bia Martins, conversou com os participantes sobre sua trajetória profissional, abordando vários temas, como mercado, saúde mental, desafios, oportunidades e motivação profissional (linhas 04 a 07), as vírgulas antes e depois do nome da palestrante indicam

- (A) vocativo.
- (B) ênfase.
- (C) hesitação.
- (D) aposto.

05 A função da linguagem que predomina no texto é a

- (A) referencial.
- (B) apelativa.
- (C) fática.
- (D) conativa.

06 A palavra sublinhada é preposição em

- (A) A *ativista social e fundadora da ONG Olhar de Bia*, Bia Martins, conversou com os participantes sobre sua trajetória profissional, abordando vários temas, como mercado, saúde mental, desafios, oportunidades e motivação profissional (linhas 04 a 07).
- (B) O projeto irá selecionar até 30 iniciativas de negócios de impacto que tenham como foco de atuação a resolução de problemáticas socioambientais das ilhas de Belém (linhas 15 e 16).
- (C) O objetivo é capacitar os pequenos negócios a trabalharem com o conceito da floresta em pé”, destacou a diretora técnica do Sebrae no Pará, Domingas Ribeiro (linhas 29 e 30).
- (D) Suane Barreirinhas, proprietária da Negritar Filmes, produtora de audiovisual com impacto social, fala sobre a importância de iniciativas como o NISA e das perspectivas profissionais (linhas 31 a 33).

07 O enunciado *Podem se inscrever microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, cooperativas e pessoas com ideias inovadoras no segmento socioambiental* (linhas 16 a 18) é um caso de

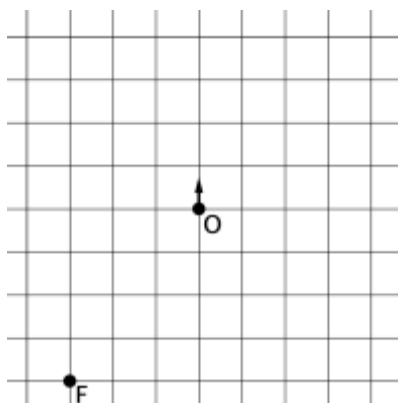
- (A) pleonasma.
- (B) ordem inversa.
- (C) conotação.
- (D) discurso direto.

08 As informações constantes do quarto parágrafo do texto – *O desenvolvimento dos negócios se dará por meio de trilha de formação empreendedora, durante oito semanas, período em que os empreendedores receberão suporte de especialistas, mentorias, capacitações e ferramentas necessárias para consolidarem as ideias e formatarem os negócios* (linhas 19 a 22) – se referem

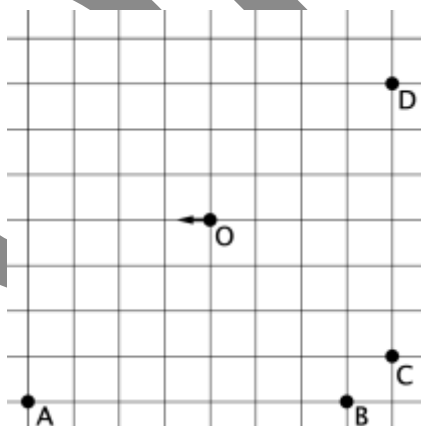
- (A) à metodologia a ser seguida no NISA.
- (B) aos motivos para a criação do NISA.
- (C) aos princípios da criação do NISA.
- (D) à importância do NISA para o Pará.

RACIOCÍNIO LÓGICO

09 A figura abaixo apresenta as quadras de uma região, em que as ruas são representadas pelas linhas. Uma pessoa que se encontrava no ponto **O** inicia sua caminhada na direção apontada pela seta e, após seguir uma sequência de comandos do tipo “andar uma quadra à frente”, “virar à esquerda” ou “virar à direita”, chega até o ponto **F**.



Se a pessoa iniciar sua caminhada a partir do mesmo ponto **O**, mas agora na direção apontada na figura abaixo e realizar a **mesma sequência de comandos** que fizera em sua primeira caminhada,



findará sua caminhada no ponto

- (A) A.
- (B) B.
- (C) C.
- (D) D.

10 Ao caminhar por uma região de ruas paralelas e perpendiculares com quadras retangulares, uma pessoa parte de certa esquina e perfaz a seguinte sequência de comandos:

- ande dois quarteirões à frente;
- vire à direita;
- ande três quarteirões à frente;
- vire à esquerda;
- ande um quarteirão à frente.

Assim, chega ao seu destino final. Para retornar **de volta ao ponto de partida**, a pessoa então se posiciona em seu ponto de chegada, dá meia-volta, apontando para a direção de onde veio, e deve seguir a sequência de passos:

- (A) “ande dois quarteirões para trás”, “vire à esquerda”, “ande três quarteirões para trás”, “vire à direita”, “ande um quarteirão para trás”.
- (B) “ande um quarteirão à frente”; “vire à direita”; “ande três quarteirões à frente”; “vire à esquerda”; “ande dois quarteirões à frente”.
- (C) “ande um quarteirão para trás”; “vire à direita”; “ande três quarteirões para trás”; “vire à esquerda”; “ande dois quarteirões para trás”.
- (D) “ande um quarteirão à frente”; “vire à esquerda”; “ande três quarteirões à frente”; “vire à direita”; “ande dois quarteirões à frente”.

11 Morando na mesma casa, João, Maria, Tereza e Paulo, para poderem viabilizar suas diversas atividades, estabelecem o seguinte acordo, que é cumprido por todos à risca:

“No dia em que João vai ao mercado e Maria vai à academia, Paulo fica em casa o dia inteiro e Tereza pode fazer plantão no hospital.”

Certo dia, Paulo se encontra com João no mercado. Neste dia, é correto concluir, a partir das informações descritas, que

- (A) Maria não vai à academia.
- (B) Maria vai à academia.
- (C) Tereza pode fazer plantão no hospital.
- (D) Tereza não pode fazer plantão no hospital.

12 Em certo período, são ofertados simultaneamente três cursos: *Excelência Empresarial*, *Gestão de Equipes*, e o de *Formação de Preços*. Os cursos são ofertados em horários diferentes, de modo que qualquer cidadão pode se matricular até nos três cursos, se assim o desejar. Verificou-se, então, que

- 168 pessoas se inscreveram em ao menos um curso;
- 100 pessoas se inscreveram no curso de *Formação de Preços*;
- 90 pessoas se inscreveram no curso de *Gestão de Equipes*;
- 84 pessoas se inscreveram no curso de *Excelência Empresarial*;
- 46 pessoas se inscreveram nos cursos de *Excelência Empresarial* e de *Gestão de Equipes*;
- 40 pessoas se inscreveram nos cursos de *Excelência Empresarial* e de *Formação de Preços*;
- 36 pessoas se inscreveram nos cursos de *Gestão de Equipes* e de *Formação de Preços*

Com base nessas informações, é correto afirmar que o número de pessoas que se inscreveram em **exatamente dois cursos** é igual a

- (A) 120.
- (B) 90.
- (C) 74.
- (D) 42.

RASCUNHO

13 Duas atividades semanais serão ofertadas, de forma periódica, durante todo o ano. A **Atividade A** será realizada **a cada quatro semanas**, enquanto que a **Atividade B**, **a cada três semanas**. Ambas **serão ofertadas logo na primeira semana do ano**, de modo que o calendário de atividades será

- Atividade A: semana 1; semana 5; semana 9; ...
- Atividade B: semana 1; semana 4; semana 7; ...

Considerando o ano como sendo de 52 semanas, o número de semanas em que não será realizada nenhuma das duas atividades será

- (A) 26.
- (B) 24.
- (C) 20.
- (D) 12.

14 Em uma determinada ação social, foram realizadas 10 oficinas, para um grupo de 99 mulheres e 81 homens. Cada pessoa se inscreveu, necessariamente, em **ao menos uma oficina**. Partindo dessa premissa, é correto garantir que houve

- (A) ao menos uma oficina com 19 inscritos.
- (B) uma oficina com ao menos 9 mulheres inscritas e ao menos 9 homens inscritos.
- (C) uma oficina com ao menos 10 mulheres inscritas e ao menos 8 homens inscritos.
- (D) ao menos uma oficina com 10 mulheres inscritas e ao menos uma oficina com 9 homens inscritos.

15 Considerando a sequência numérica

(1, 2, 3, 4, 1, 1, 2, 2, 3, 3, 4, 4, 1, 1, 1, 2, 2, 2, ...),

é correto afirmar que seu 83º termo será o número

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

16 A assertiva

“Em todos os dias chuvosos, há trovões e ventania.”

é negada pela afirmação

- (A) *“Existe um dia chuvoso em que não há trovões e nem há ventania”.*
- (B) *“Existe dia chuvoso em que não há trovões ou não há ventania”.*
- (C) *“Em todos os dias não chuvosos não há trovões e nem ventania”.*
- (D) *“Em nenhum dia chuvoso, há trovões e ventania”.*

INFORMÁTICA

17 No programa Microsoft Teams, versão online padrão, durante a realização de uma videoconferência, o programa possui os recursos de

- (A) levantar a mão e gravação, mas não o de chat.
- (B) legendas ao vivo e plano de fundo personalizado, mas não o de gravação.
- (C) plano de fundo personalizado e gravação, mas não o de Língua Brasileira de Sinais.
- (D) Língua Brasileira de Sinais e chat, mas não o de plano de fundo personalizado.

18 Nas opções de pesquisa do correio eletrônico Gmail, é possível filtrar e-mails pelo seu tamanho. Neste caso, as unidades de medida disponíveis para o filtro são

- (A) Bits, Bytes, KB.
- (B) Bytes, KB, MB.
- (C) Bytes, KB, MB, GB.
- (D) Bits, Bytes, KB, MB, GB.

19 No sistema operacional Windows 10, é possível organizar os arquivos de uma pasta utilizando a funcionalidade ordenação de arquivos. Neste caso, é correto afirmar que na ordenação crescente

- (A) o arquivo com nome 10COMPLICADO.TXT precede o arquivo com nome COMPLICADO.TXT.
- (B) o arquivo com nome RELATÓRIO.PDF precede o arquivo com nome ANOTAÇÕES.PDF
- (C) o arquivo com nome ANOTAÇÕES.TXT precede o arquivo com nome 10COMPLICADO.TXT.
- (D) o arquivo com nome \$FINANCEIRO.PDF precede o arquivo com nome 10COMPLICADO.PDF.

20 Considerando as quatro liberdades do software livre, é correto afirmar que a

- (A) utilização do software, sem a necessidade de pagar por isso, é condição suficiente para que este software seja considerado livre.
- (B) utilização, estudo e melhoria do software são condições necessárias para que este software seja considerado livre.
- (C) redistribuição e melhoria do software são condições suficientes para que este software seja considerado livre.
- (D) utilização e proibição de qualquer tipo de monetização são condições necessárias para que este software seja considerado livre.

21 O WhastApp é um aplicativo para Smartphone que também pode ser utilizado em computadores pessoais na versão WhatsApp Web. Na configuração padrão, para ativar o WhatsApp Web, o usuário utiliza a autenticação por

- (A) login e senha.
- (B) assinatura digital.
- (C) certificado digital.
- (D) QR Code.

22 No programa Microsoft PowerPoint 365, versão desktop em português (Brasil) para Windows, para criar um novo slide e iniciar a apresentação, os seguintes atalhos de teclado podem ser utilizados:

- (A) Ctrl+M e F5
- (B) Ctrl+P e Ctrl+N
- (C) Shift+Ctrl+C e Shift+F5
- (D) Ctrl+N e F10

CONHECIMENTO SEBRAE

23 O Estatuto Social do SEBRAE/PA estabelece que um de seus associados, ditos instituidores, é a

- (A) Universidade Federal do Pará (UFPA).
- (B) Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA).
- (C) Câmara dos Dirigente Lojistas do Pará (CDL-PA).
- (D) Associação dos Empreendedores Paraenses (ASEPA).

24 Na estrutura organizacional do SEBRAE/PA, de acordo com o seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CDE Nº 004/2023, o Comitê de Compliance faz parte

- (A) do seu Conselho Deliberativo Estadual.
- (B) do seu Conselho Fiscal.
- (C) da sua Unidade de Proteção de Dados e Controle Interno (UPDCI).
- (D) da sua Assessoria Jurídica Institucional.

25 O Regimento Interno do SEBRAE/PA, aprovado pela Resolução CDE Nº 004/2023, estabelece que a atribuição de gerir prestadores de serviços credenciados juntos à Instituição, na prestação de serviços de instrutoria e consultoria ao cliente, é de responsabilidade da

- (A) Unidade de Administração e Suprimentos (UAS).
- (B) Comissão Permanente de Licitação (CPL).
- (C) Unidade de Relacionamento Empresarial (URE).
- (D) Unidade de Gestão de Fornecedores (UGF).

26 Os conselheiros, diretores, empregados, estagiários, bem como fornecedores e parceiros que, de forma direta ou indireta, se relacionem com o sistema SEBRAE, têm que “Agir com probidade, retidão, lealdade e justiça”. Essa obrigatoriedade consta, explicitamente, no Código de Ética do Sistema SEBRAE como

- (A) postura moral.
- (B) regras de conduta eletiva.
- (C) deveres.
- (D) normas flexíveis.

27 O Código de Ética do Sistema SEBRAE estabelece que é vedado aos conselheiros, diretores, empregados, estagiários, bem como fornecedores e parceiros que, de forma direta ou indireta, se relacionem com o sistema SEBRAE “receber qualquer tipo de presente, ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie... para o cumprimento de suas atividades ou para influenciar outro empregado do Sistema SEBRAE para o mesmo fim”. Para o cumprimento dessa determinação, não são considerados presentes os brindes com valores menores ou iguais a

- (A) R\$ 500,00.
- (B) R\$ 400,00.
- (C) R\$ 200,00.
- (D) R\$ 100,00.

28 O Código de Ética do Sistema SEBRAE estabelece que é/são direito(s) de todos os seus dirigentes, empregados e estagiários

- (A) votar e ser votado para os cargos compatíveis com o grau de escolaridade do cargo ou função que ocupa.
- (B) estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões, inclusive para discutir aspecto controverso.
- (C) trabalhar em ambiente informatizado, que preserve o sigilo das informações dos usuários e a integridade física e psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e familiar.
- (D) possuir Plano de Saúde, Auxílio Alimentação, Vale Transporte, Plano de Previdência Privada, Seguro de Vida em Grupo e Plano Psicológico.

29 A Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais do Sistema SEBRAE, em sua versão 2.0 de 25/08/2022, estabelece que, a princípio, os dados pessoais **cadastrais** coletados devem ser armazenados em ambiente seguro e controlado por prazo mínimo de

- (A) 10 anos após o término da relação.
- (B) 8 anos após o término da relação.
- (C) 6 anos após o término da relação.
- (D) 4 anos após o término da relação.

30 O Manual de Planejamento, Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação da Estratégia, refere-se a um conjunto de atividades repetidas de maneira recorrente, estruturadas e desenhadas para produzir um resultado específico para um determinado cliente, como um processo de

- (A) controle.
- (B) planejamento.
- (C) negócio.
- (D) autonomia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DIREITO

31 Embora os empregadores possuam o direito potestativo de rescindir, sem justa causa, os contratos de trabalho celebrados com os empregados, há situações previstas no ordenamento jurídico brasileiro que limitam essa capacidade, as quais representam proteções para preservação dos empregos. A respeito das garantias de emprego previstas na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT é correto afirmar o seguinte:

- (A) as empregadas gestantes possuem estabilidade provisória, a contar do momento da confirmação do estado gravídico até cinco meses após o parto, desde que informem o empregador sobre a gravidez antes de realizada a comunicação do aviso prévio.
- (B) o empregado adotante ao qual tenha sido concedida guarda provisória para fins de adoção fará jus a estabilidade provisória de cinco meses, contados a partir da data da adoção.
- (C) quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, exceto quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização correspondente ao dobro do período de afastamento.
- (D) a confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, mesmo que durante o prazo do aviso prévio trabalhado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória, exceto quando se tratar de aviso prévio indenizado.

32 Sobre o contrato individual de trabalho é correto afirmar o seguinte:

- (A) é ato absolutamente livre forma, não se exigindo em qualquer circunstância solenidade para sua celebração.
- (B) pode ser celebrado, por tempo determinado, apenas nas hipóteses excepcionais de realização de serviços cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, ou ainda para o desenvolvimento de atividades empresariais de caráter transitório.
- (C) a prova da existência do contrato individual do trabalho e, por consequência, do vínculo empregatício, será feita necessariamente pelas anotações constantes da carteira profissional.
- (D) na ausência de prova ou de cláusula contratual expressa acerca da especificação das atividades laborais, compreende-se que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal.

33 Empregados e empregadores podem, no curso da relação de emprego, praticar certos atos faltosos que possibilitam a dissolução do contrato individual de trabalho. Sobre as chamadas faltas graves, julgue as assertivas abaixo:

- I. O ato de indisciplina se diferencia do ato de insubordinação, uma vez que o primeiro consiste em uma violação a ordens gerais do empregador, ao passo que o segundo constitui uma resistência injustificada a comandos diretamente direcionados ao empregador faltoso;
- II. A cassação do registro profissional em órgão de classe, como consequência de punição por uma conduta ilícita dolosa, pode configurar hipótese de demissão por justa causa, quando tal registro for condição essencial para o exercício profissional objeto do contrato de trabalho;
- III. O empregado poderá considerar o contrato de trabalho rescindido quando lhe forem exigidos serviços superiores às suas forças, quando for tratado com rigor excessivo por seu empregador ou superiores hierárquicos, ou ainda quando a atividade lhe sujeitar a perigo manifesto de mal considerável.
- IV. O atraso reiterado e injustificado no pagamento dos salários constitui hipótese de rescisão indireta do contrato de trabalho.
- V. Tendo empregado e empregador cometido atos faltosos que conduzem à dissolução do contrato de trabalho, opera-se aquilo que a legislação trabalhista designa de “culpa recíproca”, hipótese em que o empregador ficará desobrigado de pagar quaisquer verbas rescisórias.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e V, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, IV e V, apenas.

34 Sobre os instrumentos coletivos de trabalho é correto afirmar o seguinte:

- (A) tanto nos acordos coletivos quanto nas Convenções Coletivas de trabalho, há a obrigatoriedade da participação das entidades sindicais representativas das respectivas categorias profissional e econômica.
- (B) é permitido aos sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar acordos coletivos diretamente com empresas que integrem a categoria econômica correspondente, os quais estipulem condições de trabalho que somente serão aplicáveis no âmbito daquelas empresas acordantes.
- (C) é facultado a entidades sindicais, ao celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho, fazer constar nos referidos instrumentos o prazo de vigência, bem como as eventuais penalidades em caso de violação de seus respectivos dispositivos.
- (D) as convenções e os acordos coletivos poderão ser celebrados por escrito, sem necessidade de registro no órgão competente.

35 Dentre os setores da economia que mais impactos sofreram durante a pandemia de Covid-19, sem dúvida, o de eventos foi um dos mais atingidos, o que levou o Governo Federal a criar programas de benefícios tributários pelo prazo de 60 meses, como redução da alíquota dos seguintes tributos federais para zero: 1) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep); 2) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); 3) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e 4) Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Sobre esse programa de benefícios e o SIMPLES é correto afirmar que as pessoas jurídicas optantes do SIMPLES

- (A) estão impossibilitadas de usufruir desses benefícios porque os Tribunais brasileiros não admitem cumulação de benefícios tributários.
- (B) não podem cumular outras espécies de benefícios tributários.
- (C) precisam de expressa autorização na lei do SIMPLES para cumular outras espécies de benefícios tributários.
- (D) precisam de expressa autorização na lei que cria o tributo para cumular outras espécies de benefícios tributários.

36 Sobre o conceito e a abrangência da imunidade é correto afirmar o seguinte:

- (A) como a aquisição de produtos gera a cobrança de tributos indiretos como o ICMS e o IPI, a imunidade constitucional não os atinge.
- (B) a imunidade é norma prevista em lei infraconstitucional.
- (C) a imunidade constitucional não envolve tributos diretos.
- (D) a imunidade constitucional envolve tributos diretos e indiretos.

37 Sobre a transação tributária é correto afirmar o seguinte:

- (A) como uma modalidade de extinção do crédito tributário, pode ser realizada por meio de proposta individual de transação, dos créditos em contencioso administrativo.
- (B) como uma modalidade de exclusão do crédito tributário, pode ser realizada por meio de proposta individual de transação, dos créditos em contencioso administrativo.
- (C) como uma modalidade de extinção do crédito tributário, não pode ser realizada por meio de proposta individual de transação, dos créditos em contencioso administrativo.
- (D) como uma modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, pode ser realizada por meio de proposta individual de transação, dos créditos em contencioso administrativo.

38 O SIMPLES Nacional é espécie de regime

- (A) simplificado de arrecadação tributária, obrigatório para microempresas, de acordo com a regra de competência constitucional de que norma geral em matéria tributária é estabelecida por Lei Ordinária.
- (B) único de arrecadação tributária, facultativo para microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com a regra de competência constitucional de que norma geral em matéria tributária é estabelecida por Lei Complementar.
- (C) simplificado de arrecadação tributária, optativo para microempresas, de acordo com a regra de competência constitucional de que norma geral em matéria tributária é estabelecida por Medida Provisória.
- (D) simplificado de arrecadação tributária, obrigatório para microempresas, de acordo com a regra de competência constitucional de que norma geral em matéria tributária é estabelecida por Decreto Legislativo.

39 A pessoa natural pode ter domicílio voluntário ou necessário, de modo que

- (A) a mudança da residência do representante do incapaz não altera seu domicílio.
- (B) não terá domicílio a pessoa natural que não tiver residência.
- (C) o incapaz e o servidor público são exemplos de pessoas que têm domicílio necessário.
- (D) apenas o servidor público tem o local em que exerce sua atividade profissional como seu domicílio.

40 “Negócio jurídico é todo fato jurídico consistente em declaração de vontade, a que todo o ordenamento jurídico atribui os efeitos designados como queridos, respeitados os pressupostos de existência, validade e eficácia impostos pela norma jurídica que sobre ele incide”

(Antônio Junqueira de Azevedo *apud* Flávio Tartuce, Manual de Direito Civil: Volume Único. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p.208).

Com base na citação acima, é correto afirmar que

- (A) são elementos essenciais do negócio jurídico, também conhecidos como pressupostos de validade: agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- (B) mesmo que a eficácia do negócio jurídico esteja subordinada ao implemento de condição, o objeto precisa ser possível desde sua celebração para que o negócio tenha validade.
- (C) é imperativo que todo negócio jurídico respeite a forma especial estabelecida em lei para que tenha validade.
- (D) a manifestação de vontade do agente capaz precisa ser realizada de forma expressa para que o negócio jurídico tenha validade.

41 “A responsabilidade civil centra-se, portanto, na obrigação de indenizar um dano injustamente causado”, objetivando recompor o desequilíbrio econômico produzido em decorrência do ato ilícito”

(Farias, Cristiano Chaves de; Netto, Felipe Braga; Rosendal, Nelson. Manual de Direito Civil: Volume único. 5ª ed. rev. amp. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020, p.628).

Com base na citação acima, é correto afirmar o seguinte:

- (A) empresários individuais só respondem pelos danos gerados pelos produtos que colocam em circulação, mediante a comprovação de culpa.
- (B) considerando que a responsabilidade civil independe da responsabilidade criminal, mesmo que a pessoa seja inocentada no juízo criminal, ainda poderá ser obrigada a reparar o dano.
- (C) não havendo comprovação de culpa da pessoa pelo dano causado a outrem, não há hipótese de imputar-lhe o dever de repará-lo.
- (D) o empregador é responsável pela reparação civil decorrente dos atos ilícitos praticados por seus empregados no exercício de suas atividades laborais, independentemente de culpa.

42 Enuncia o código civil brasileiro em seu art. 189 que “violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição...”, atingindo a exigibilidade do direito, ou seja, a realização de uma prestação positiva ou negativa. Sobre o assunto é correto dizer que

- (A) a prescrição pode ser alegada pelo interessado em qualquer grau de jurisdição.
- (B) a prescrição pode ser renunciada a qualquer momento de modo expresso.
- (C) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários a todos os demais aproveita automaticamente.
- (D) as partes podem convencionar prazos prescricionais diversos daqueles previstos em lei.

43 Acerca dos recursos cíveis é CORRETO afirmar o seguinte:

- (A) recurso é o instrumento de impugnação da decisão judicial, pelo qual se dá origem a um processo novo, cujo objetivo é o de atacar ou interferir em decisão judicial, sendo exemplos a ação rescisória e a *querela nullitatis*.
- (B) as decisões interlocutórias são impugnáveis por meio de agravo de instrumento, tendo o Superior Tribunal de Justiça firmado a tese da taxatividade pura.
- (C) a regra no sistema recursal sobre o efeito suspensivo é sua aplicação automática, legal ou *ope legis*, podendo, todavia, em casos excepcionais que a legislação permitir, ser requerido o efeito suspensivo, chamado de efeito suspensivo judicial ou *ope judicis*.
- (D) no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

44 Nos termos do Código de Processo Civil, em especial sobre execução cível em geral e das suas diversas espécies, é CORRETO afirmar o seguinte:

- (A) na execução por quantia certa, ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade
- (B) na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 15 (quinze) dias. Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente.
- (C) são títulos executivos judiciais a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- (D) o executado poderá se opor à execução por meio de embargos quando efetuada a penhora, depósito ou caução, devendo ser intimado a comparecer à audiência de conciliação.

45 Com base no Código de Processo Civil pode-se afirmar que

- (A) a jurisdição civil é exercida pelos juízes, servidores, tribunais, membros do Ministério Público e advogados em todo o território nacional.
- (B) o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição ou para praticar ato considerado urgente. Nesses casos, o advogado deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.
- (C) a conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.
- (D) o Ministério Público será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público, econômico ou social; interesse de incapaz e litígios coletivos públicos.

46 É correto afirmar que

- (A) o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, incluindo-se as causas de natureza alimentar e ao estado e capacidade das pessoas.
- (B) a tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, sendo o processo extinto e não podendo as partes demandarem a outra com intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada nos termos do caput.
- (C) se extingue o processo pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador; pela convenção das partes e pela arguição de impedimento ou de suspeição.
- (D) os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz, quando necessário.

47 No que tange o exercício do controle administrativo, a Súmula 473 do STF dispõe que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando ilegais, ou revogá-los, quando não houver mais conveniência ou oportunidade na sua manutenção.

O princípio que, na Súmula, justifica a possibilidade de revisão de atos administrativos pela própria administração é denominado

- (A) razoabilidade.
- (B) autotutela.
- (C) autoregulação.
- (D) tutela administrativa.

48 A Constituição exige, como regra, que, antes das contratações públicas, seja realizado o devido procedimento licitatório. A modalidade pregão, de acordo com a Lei nº 14.133/21, é

- (A) o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto, quando convocados.
- (B) a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (C) a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- (D) a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

49 De acordo com a Lei nº 9.784/99, o prazo da administração pública para anular os atos administrativos eivados de vício de legalidade é

- (A) prescricional de 5 anos.
- (B) prescricional de 10 anos.
- (C) decadencial de 05 anos.
- (D) decadencial de 10 anos.

50 Com base na Constituição Federal, **não** é competência do Tribunal de Contas da União

- (A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.
- (B) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- (C) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.
- (D) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.